# Dossiê "História do Atlântico e da Diáspora Africana"

## Kátia Vinhático Pontes

Universidade Estadual de Santa Cruz Ilhéus - Bahia - Brasil kvpontes@uesc.br

### Luciana Baldoino

Universidade Federal Fluminense Rio de Janeiro – Rio de Janeiro - Brasil Imsbaldoino@outlook.com

## Apresentação

Inspirado nas contribuições de Fernand Braudel (1949), este dossiê compreende o Atlântico como um espaço histórico dinâmico, constituído por fluxos de pessoas, mercadorias, saberes e práticas culturais. Para o autor, o mar não é apenas um dado geográfico, mas um elemento histórico fundamental, capaz de conectar regiões e transformar a experiência do tempo e do espaço. Essa abordagem foi posteriormente ampliada por autores como Pierre Chaunu (1959), Vitorino Magalhães Godinho (1955) e Frederic Mauro (1960), que incorporaram em suas análises o Atlântico Sul, as rotas do tráfico, as trocas econômicas e os circuitos culturais entre África e América (Teixeira, 2013). Nesse sentido, o Atlântico se configura como um espaço de interconexões, cujos movimentos moldaram as sociedades modernas.

A partir dessas concepções fundacionais que compreendem o Atlântico como um espaço de fluxos e interconexões, o campo da História Atlântica se expandiu e passou a incorporar abordagens interdisciplinares. Entre as contribuições mais influentes nesse processo, destaca-se o artigo "Três Conceitos de História Atlântica", de David Armitage (2014), que propõe uma tipologia analítica tripla: história circum-atlântica (transnacional), transatlântica (internacional) e cis-atlântica (regional). Armitage também chama atenção para a centralidade excessiva da tradição anglo-americana na historiografia atlântica, sugerindo a incorporação de outras vertentes, como o Atlântico Negro (vinculado à Diáspora Africana), o Atlântico Vermelho (de inspiração marxista) e o Atlântico Verde (relacionado à diáspora irlandesa).

Complementando esse movimento de renovação historiográfica, a ampliação conceitual e metodológica do campo também tem sido impulsionada por contribuições oriundas de diferentes tradições, especialmente do Sul Global, que propõem novas formas de interpretar o Atlântico para além da perspectiva eurocentrada. Longe de serem excludentes, essas correntes se reforçam mutuamente, abrindo espaço para uma compreensão mais plural, crítica e descentralizada do Atlântico moderno. Nesse sentido, destaca-se a reflexão do historiador Luiz Felipe de Alencastro (2019), especialmente no artigo "As três eras do Atlântico Sul", no qual o autor propõe uma periodização centrada nas especificidades históricas da região sul-atlântica.

Segundo Alencastro, o primeiro Atlântico seria, grosso modo, um "mar etiópico", caracterizado pela intensa circulação de pessoas, mercadorias e culturas tropicais entre os portos da América do Sul e da África. Essa fase está profundamente vinculada à diáspora africana e à adaptação de culturas agrícolas tropicais aos biomas das zonas equatoriais americana, africana e asiática. O segundo Atlântico, por sua vez, corresponderia ao período de maior ocidentalização das margens sul-americanas e à intensificação do colonialismo europeu nas costas sul-africanas. Essa transformação teria sido impulsionada pela segunda revolução industrial, que, com o advento do navio a vapor e do telégrafo, fortaleceu as conexões entre Norte e Sul e promoveu o distanciamento geopolítico entre as margens sul-atlânticas. Por fim, o terceiro Atlântico refere-se ao período contemporâneo, marcado por uma reaproximação entre essas margens sob a lógica da cooperação Sul-Sul, que busca construir alternativas à hegemonia do Norte Global sobre o Sul Global.

Em ambas as leituras, de Armitage e Alencastro, a Diáspora Africana aparece como elemento inseparável da constituição do próprio espaço atlântico. Mais do que uma dispersão traumática, ela deve ser compreendida como um processo histórico que forjou novas territorialidades, religiosidades e identidades. Como aponta Paul Gilroy (1993), a diáspora não apenas desafia noções fixas de pertencimento, como também inaugura formas criativas de produção cultural, de elaboração da memória e de resistência.

Os artigos reunidos neste dossiê buscam ampliar o escopo da História Atlântica, evidenciando as múltiplas formas pelas quais a presença africana moldou, e segue moldando, experiências sociais, tanto no passado quanto no presente. Com isso, esperamos oferecer ao leitor um conjunto de contribuições que não apenas aprofunda o debate historiográfico, mas também reafirma o compromisso com uma produção de

conhecimento crítica e plural. Dada a diversidade temática, teórica e metodológica das pesquisas reunidas, optamos por apresentar os dez artigos em ordem cronológica.

Deste modo, iniciamos com o trabalho de Halysson Fonseca que discute o aumento do controle portuário e o tráfico de escravizados no Atlântico do século XVIII. O autor analisa a atuação dos intendentes interinos da marinha na Bahia, destacando sua função estratégica no controle do porto de Salvador e na engrenagem do tráfico atlântico de escravizados, especialmente no contexto das reformas pombalinas.

Na sequência, também no período colonial brasileiro, Charles Galvão investiga as redes de fé e crédito entre libertos no sertão de Pitangui, no século XVIII, revelando como os vínculos espirituais e materiais operavam como mecanismos de proteção, inserção social e sobrevivência frente à marginalização econômica e ao racismo estrutural.

Já no século XIX, José Wilson Martins revisita a proposta de Democracia Rural formulada por André Rebouças, articulando-a às disputas políticas e econômicas do Segundo Reinado. Ao refletir sobre a concorrência atlântica do café e os limites do projeto abolicionista brasileiro, o autor evidencia o papel de Rebouças na formulação de uma alternativa que combinava reforma agrária, crítica ao latifúndio e justiça racial.

Avançando para o século XX, Flávio Gonçalves, Kátia Pontes e Luciana Baldoino analisam os conflitos em torno dos modais de transporte na região cacaueira, apresentando como as disputas entre eles refletiram diferentes projetos de desenvolvimento e inserção atlântica, sobretudo no contexto do escoamento da produção cacaueira. Ainda neste contexto e região, Ivana Sampaio analisa o governo do ilheense Eusínio Lavigne (1930–1937) e as disputas políticas em torno do Porto do Pontal, utilizando o conceito de bonapartismo para interpretar sua atuação. A autora evidencia os embates de poder que marcaram o processo de modernização regional.

Lucas Santos e Maria Luiza Gomes deslocam o foco das questões econômicas e de desenvolvimento para analisar a articulação entre música, memória e violência na Bahia do século XX. Os autores enfatizam como trajetórias sonoras, da seresta ao reggae de Edson Gomes, expressam experiências urbanas da Diáspora Africana e formas de enfrentamento à repressão estatal.

As experiências afrodiaspóricas também orientam o trabalho de Antonio Gonçalves, que discute a relação entre a farinha de mandioca e o território quilombola no município de Itacaré, entre 2006 e 2023. O artigo revela como esse alimento

tradicional continua a estruturar relações econômicas, identitárias e políticas entre as comunidades quilombolas e o Estado.

Retomando o foco para as questões portuárias, Cezar Honorato propõe uma leitura da microespacialidade urbana entre Ilhéus e Itabuna, articulando a urbanização do sul da Bahia à lógica atlântica contemporânea. Ao tratar da História do Tempo Presente, o autor ilumina as reconfigurações espaciais e simbólicas provocadas por projetos econômicos e políticos em disputa.

Seguindo a perspectiva da História do Tempo Presente, Higo Braga e Maria Giseuda Machado analisam a construção e ressignificação histórica da figura da Rainha Nzinga Mbandi, destacando sua projeção enquanto símbolo de resistência e soberania africana, especialmente no imaginário afro-brasileiro. A análise conecta o passado angolano à afirmação identitária de mulheres negras no presente.

Erik Andrade encerra o dossiê com uma proposta teórica original: por meio do conceito de paralaxe atlântica, o autor confronta as narrativas eurocêntricas que moldaram o campo e propõe uma leitura do Atlântico ancorada nas cosmologias e resistências indígenas, reimaginando o oceano como espaço de disputa, encontro e possibilidade.

Como dito antes, os temas são diversos e o encadeamento dos textos poderia ser outro, no entanto, o leitor é convidado a criar seu próprio roteiro a partir de seus interesses, curiosidades e possibilidades. Afinal, há muitas rotas para se navegar pelo Atlântico.

#### Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. As três eras do Atlântico Sul. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 123, p. 13–28, 2019. <u>DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i123p13-28. Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/article/view/165099.</u>Acesso em: 22 jul. 2025.

ARMITAGE, David. Três conceitos de História Atlântica. **História Unisinos**, São Leopoldo-RS, v. 18, n. 2, p.206-217, mai./ago., 2014,

BRAUDEL, Fernand. La Mediterranée et le monde Mediterranée à l'époche de Philippe II. Paris: Armand Colin, 1949-1955.

CHAUNU, Pierre. Introduction générale. Structures et conjoncture. Procédé d'exposition. Méthode d'analyse. In: **Séville et l'Atlantique, 1504-1650: Structures et conjoncture de l'Atlantique espagnol et hispano-américain (1504-1650)**. Tome I: Structures géographiques [en línea]. Paris: Éditions de l'IHEAL, 1959.

GILROY, Paul. **The Black Atlantic**: Modernity and Double Consciousness. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1993.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Prix et monnaies au Portugal**, 1750-1850 Paris: Éditions de l'EHESS, 1955.

MAURO, Frédéric. Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle: étude économique. Paris: SEVPEN, 1960.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SCHURSTER, Karl (Org.); Alves de Almeida, Francisco Eduardo (Org.). **Atlântico, a história de um oceano**. 01. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

#### **SOBRE AS AUTORAS**

**Kátia Vinhático Pontes** é doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professora Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Luciana Baldoino é doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).